

# Entre a penumbra do consultório e as normas sociais

## considerações sobre a homossexualidade como questão

Beatriz Santos

**Resumo** O presente artigo ilustra a ideia de um desencadeamento de sintomas neuróticos ligado à questão homossexual, no ponto onde se encontram o discurso político sobre a questão da homossexualidade e a transformação subjetiva decorrente de uma descoberta sobre si mesmo. A análise da passagem da questão homossexual à homossexualidade como questão serve como pano de fundo para pensarmos o modo de transposição de discursos entre a clínica e as teorias sociais.

**Palavras-chave** homossexualidade; cura; gênero; sexualidade; normas; neurose.

Beatriz Santos é psicóloga, doutora em *Recherches en Psychanalyse* pela Université Paris Diderot (Paris 7). Pesquisadora do Institut des Humanités de Paris (Paris Diderot).

Em abril de 2012, transeuntes que passassem pelas principais ruas de Londres podiam ver estampados nos grandes ônibus vermelhos da capital cartazes com os dizeres: “Não Gay! Ex-Gay, Pós-Gay e com orgulho! Supere!”. Por duas semanas, o grupo cristão *Core -Issues Trust* financiou a circulação de tais cartazes com o intuito de promover o que chamam de “terapia curativa” para gays cristãos que “acreditam ter sentimentos homossexuais dos quais querem se livrar”, segundo seu líder, Mike Davies. O grupo tem a intenção de demarcar uma oposição à “falsa ideia de que há evidências científicas incontestáveis de que as pessoas nascem gays” e deseja difundir técnicas terapêuticas “não coercivas”, apropriadas para pessoas que querem “mudar sua atração sexual” e assim “se preservar do impacto de um estilo de vida gay sobre si ou sobre sua família”<sup>87</sup>.

No Brasil, após a condenação pelo Conselho Federal de Psicologia de uma psicóloga que propunha um tratamento de cura para a homossexualidade<sup>88</sup> em 2009, estamos de novo às voltas com a atuação de grupos dotados da mesma agenda. É o caso da Frente Parlamentar Evangélica, que pretende pressionar a Comissão de Seguridade Social e Família pela supressão do parágrafo da resolução do CFP que proíbe psicólogos de colaborar com eventos e serviços que proponham o tratamento ou cura das homossexualidades. O deputado João Campos (PSDB-GO) acusa o CFP de “restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional”, e de extrapolar o seu poder regulamentar por intermédio do ato questionado. Para o deputado, ao criar e restringir direitos mediante resolução, o CFP “usurpou a competência do Poder Legislativo, incorrendo em abuso de poder regulamentar, com graves implicações no plano jurídico-constitucional”<sup>89</sup>.

O uso do termo *cura* para designar uma mudança possível na maneira como um sujeito constrói sua identidade sexual suscita diversas questões que concernem diretamente a psicanalistas e pesquisadores. A promoção de um discurso que propõe a correção de uma trajetória subjetiva (e a isso dá o nome de *cura*) questiona a maneira como, enquanto analistas, participamos de discussões públicas sobre temas ligados à sexualidade. Entre a problemática das *consequências psíquicas* da diferença dos sexos enunciada por Freud e a abordagem religiosa da questão da homossexualidade, a distância é tamanha que parece inviabilizar o diálogo. No entanto, acredito poder me servir deste tema da *cura da homossexualidade* para propor uma análise da passagem da *questão homossexual à homossexualidade como questão*, conforme explicitarei adiante. O que também quer dizer pensar o modo de transposição de discursos entre a clínica e as teorias

sociais, ou, como diz Michel Tort, entre a penumbra do consultório e as problemáticas culturais<sup>90</sup>.

No presente artigo, pretendo ilustrar a ideia de um *desencadeamento de sintomas neuróticos ligado à questão homossexual*, no ponto onde se encontram o *discurso político* sobre a questão da homossexualidade e a transformação subjetiva decorrente de uma descoberta sobre si mesmo. Isso quer dizer que intento pensar uma questão clínica ligada à homossexualidade que, justamente, não é um sofrimento decorrente de uma identidade sexual homossexual – ou seja, que não é um sofrimento *por ser homossexual*. Trata-se de uma questão que toca o problema da interdição de certos comportamentos sexuais e sua consequência sobre a subjetividade do sujeito. Para isso, proponho tomar o personagem de William Beckwith, criado por Alan Hollinghurst no romance *The Swimming-Pool Library*<sup>91</sup>, para pensar sobre a maneira como uma organização identitária (homossexual, no caso), é posta em movimento de maneira abrupta após a descoberta de um evento político que lhe concerne diretamente.

Ao enunciar a ideia da homossexualidade como trajeto subjetivo capaz de produzir uma interrogação (sobre uma análise, sobre o discurso normativo da ordem dos sexos, ou sobre a relação entre clínica e cultura) e não como “traço de caráter”, curável por alguma técnica específica, tenho em mente a teoria freudiana e, em particular, uma carta redigida por Freud a uma mãe que lhe pede conselhos sobre o que fazer com seu filho homossexual:

Ao me perguntar se é possível vir à vossa ajuda, você quer sem dúvida saber se posso suprimir a homossexualidade e fazer com que uma heterossexualidade normal a substitua [...]. O que a psicanálise pode fazer por seu filho se situa em um nível diferente. Se ele é infeliz, neurótico, transtornado por conflitos, inibido em sua vida social, então a psicanálise pode trazer-lhe harmonia, paz de espírito, uma atividade plena, e isso se ele continuar homossexual ou se mudar<sup>92</sup>.

O que a psicanálise pode fazer não é da ordem de uma transformação identitária, isso está claro desde os primeiros escritos de Freud. Também está claro que, como afirma numa nota aos *Três ensaios sobre a teoria sexual*, que “a pesquisa psicanalítica se opõe veementemente à tentativa de separar os homossexuais de outros humanos enquanto grupo de uma natureza específica”<sup>93</sup>. É a partir da ideia da homossexualidade como uma tendência libidinal não patológica (ainda que não submetida à norma social da mesma maneira que a heterossexualidade) que desenvolverei os argumentos neste artigo.

### A penumbra do consultório e a cultura

Em um artigo de 2000 publicado na revista *Temps Modernes*, Michel Tort apresenta alguns elementos úteis para entendermos por que certas noções (como a de *diferença dos sexos*, por exemplo) ocupam um lugar central nos debates entre psicanálise e outros campos de saber. Na verdade, seu objetivo neste texto, intitulado “Algumas consequências da diferença psicanalítica dos sexos”<sup>94</sup>, assim como em diversas publicações subsequentes, é o de indicar sua incompreensão diante de certas posições tomadas *em nome da psicanálise* nas discussões sobre o casamento homossexual na França, no fim dos anos 1990.

O autor analisa os embates teóricos entre defensores de posições tradicionais sobre o casamento e a parentalidade (e sua apologia da ordem do simbólico como o argumento fundamental que sustenta tais posições), de um lado, e os críticos da instrumentalização de conceitos tais como a diferença dos sexos, de outro. Um dos produtos de sua análise é um levantamento de certos pontos de tensão entre a psicanálise e os demais discursos sobre a sexualidade humana: Tort indica que elementos estruturais da teoria, tais como o caráter masculino da libido, a rocha da recusa do feminino nos dois sexos ou a feminilidade, suscitam um debate que dificilmente se traduz de maneira justa na passagem da experiência clínica ao debate público. De modo geral, os analistas tendem a querer distinguir entre os *debates psicanalíticos* de um lado, e as *polêmicas*

*culturais* de outro, partindo da ideia de que “a penumbra do consultório garantiria que as mesmas palavras não possuem o mesmo sentido que têm do lado de fora (da clínica); que elas se beneficiam de uma transmutação difícil de comunicar”<sup>95</sup>.

Essa especificidade da *penumbra do consultório*, que pode ser compreendida como o fato de a lógica interna da teorização analítica da sexualidade não coincidir com a lógica que organiza o discurso cultural sobre as sexualidades, é fonte inesgotável de mal-entendidos entre psicanalistas e outros estudiosos da vida sexual. Como consequência, o diálogo entre teorias psicanalíticas e outras teorias que falam de um sujeito sexuado é um exercício que exige muita atenção. Entre o sexual freudiano e a noção de identidade sexual construída – conceito central das teorias de gênero –, as concepções do que são a sexualidade, a identidade sexual não são jamais intercambiáveis. Na verdade, como explicita Monique David-Ménard na redação do conceito de *gênero* no *Dictionnaire des intraduisibles*<sup>96</sup>, a dificuldade central se encontra no fato de que isso que chamamos de gênero, em oposição a sexo biológico, não cobre totalmente o termo de sexualidade. Mesmo se essa distinção começa a ser reinterpretada pelos portadores das teorias do gênero, a distância entre a abordagem psicanalítica da sexualidade – e dos temas ligados ao sexual – e outras abordagens (antropológica, feminista, histórica ou filosófica) será sempre considerável. David-Ménard afirma que:

o ponto de acordo entre antropólogos, psicanalistas e teóricos do *gender* é que a sexuação humana não é nem um pouco natural; ela não possui nenhum conteúdo comandado por uma essência ou pela natureza [...]. Mas o acordo se encerra neste ponto negativo. Para dar conta da sexuação, a psicanálise utiliza outras noções que as de fisiológico e físico [...]. A sexualidade não é *nem fisiológica, nem psíquica*: ela é *pulsional* e fantasmática<sup>97</sup>.

O ponto negativo sobre o qual estão de acordo psicanalistas, antropólogos e teóricos do gênero é o fato de que a sexuação humana não se faz nem a partir de, nem de acordo com, a biologia. Mas isso é ainda pouco para a psicanálise, que se define pela confrontação com problemáticas envolvendo um aparelho psíquico cujo material não é nem exclusivamente biológico ou fisiológico, nem exclusivamente produzido por e na cultura.

### O urso polar e a baleia

A seção acima parece indicar que, entre os estudos de gênero e a psicanálise, um encontro é tão impossível quanto o que Freud descreve entre um urso polar e uma baleia, na discussão do caso do Homem dos lobos:

A baleia e o urso polar, já foi dito, não podem travar luta um com o outro porque, confinados ao seu próprio elemento, não podem encontrar-se. Para mim é impossível argumentar com quem trabalha no campo da psicologia ou das neuroses e não reconhece os postulados da psicanálise, considerando os resultados desta como artefatos<sup>98</sup>.

Trata-se, de fato, de um (des)encontro entre dois animais que jamais estarão no mesmo lugar, os diálogos entre estudos de gênero e a psicanálise? Ou será que o paradigma do gênero pode funcionar como *exterioridade* capaz de expandir o campo das questões tratadas pela psicanálise? Dito de outra forma, apesar da inegável especificidade da prática analítica, e do que esta envolve de uma responsabilidade clínica<sup>99</sup> que é fundamentalmente estrangeira à filosofia, à política, ao feminismo, etc., seria possível imaginar que há algo da penumbra do consultório que pode ser esclarecido por outros discursos? Essa questão estará presente, em filigrana, ao longo de todas as discussões que trataremos aqui.

Em um número recente da revista francesa de pesquisa em psicanálise *Champ Psy*, as psicanalistas

Laurie Laufer e Andréa Linhares lançavam a pergunta: o que os estudos de gênero provocam na psicanálise<sup>100</sup>? A noção de gênero, definida no trabalho em questão como “uma abordagem crítica que permite pensar as relações sociais entre os sexos como uma relação de poder”, toca as margens dos instrumentos de teorização psicanalítica e os convida a pensar os temas essenciais ligados à (ou às) sexualidade(s) partindo de uma outra perspectiva. À sexualidade pulsional, infantil (polimorfa e perversa) e inconsciente tal como compreendida por Freud, os estudos de gênero opõem a noção de um sujeito que é sexuado através de formações discursivas.

Historicamente, um tal debate entre duas maneiras distintas de conceber um sujeito sexuado – uma ancorada num projeto político e baseada na impossibilidade de se pensar uma pessoa sem considerar seu sexo e de seu gênero, outra vinda de uma compreensão da sexualidade expandida, não restrita a uma dita *sexualidade adulta* – foi palco de acusações mútuas. Como indica Michel Tort em seu livro sobre o fim do dogma paterno, podemos perceber três tempos das relações entre teóricos do gênero e psicanalistas. No primeiro, os pesquisadores (antropólogos, sociólogos, filósofos) consideram que os trajetos edipianos propostos pela teoria freudiana ortodoxa representam “decalques inconscientes de formas de dominação masculina”. Os psicanalistas, por sua vez, tomam uma de duas posições: insistem sobre o desconhecimento, por parte dos que criticam, da realidade da inveja do pênis e da importância do falo para a compreensão do inconsciente; ou então elaboram críticas aos pressupostos freudianos a partir de uma psicologia da mulher, como a que propõe Karen Horney<sup>101</sup>.

Em um segundo momento, a partir dos anos 1970, surgem psicanalistas feministas que tentam articular os dois discursos, por verem na psicanálise um instrumento útil mesmo se, até então, ele pudesse ter servido para descrever o funcionamento psíquico sem levar em conta o contexto histórico no qual acontece. É o caso dos trabalhos como o de Juliet Mitchell, psicanalista inglesa autora de *Psychoanalysis and Feminism*, em 1974, ou da francesa Luce Irigaray.

Por fim, com as mudanças trazidas pelas orientações epistemológicas pós-modernas ao fim da década de 1980, estabelece-se uma nova relação entre os diferentes campos de saber que trabalham sobre (e com) a sexualidade, baseada na desconstrução de conceitos ligados aos sexos e à vida sexual. As mudanças ocorridas no território das sexualidades, tais como a separação entre sexualidade e reprodução, a maior e melhor ocupação do espaço público pela mulher, a explosão do modelo de família nuclear (e os consequentes rearranjos na parentalidade), as políticas de visibilidade para a homossexualidade, as novas questões sobre o corpo e sua materialidade suscitadas por transexuais, transgêneros e intersexos, provocam, como diz Márcia Aran, “deslocamentos importantes nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna, principalmente a partir do deslocamento das fronteiras entre homem (público) e mulher (privado), configurando um novo território para pensar a diferença sexual”<sup>102</sup>.

Neste contexto, autores como Judith Butler, Slavoj Žižek ou Teresa de Laurentis estabelecem novas leituras críticas da psicanálise, mais preocupadas com a maneira única que esta tem de descrever os percursos subjetivos que compõem o que comumente entendemos por vida sexual – em oposição a leituras focadas na intenção de estabelecer uma oposição frontal, frequentemente baseada numa análise pontual de conceitos e desvinculada do “contexto das teorias gerais psicanalíticas”, segundo expressão de Mitchell. É neste campo das teorizações pós-modernas que se insere a presente análise da questão homossexual.

#### (In)Versões da “questão homossexual”

Quando, nos anos 1990, os debates sobre contratos de aliança civil (em francês, PACS – *Pacte Civil de Solidarité*) e sobre a adoção por homossexuais mobilizaram a sociedade francesa, o sociólogo Eric Fassin cunhou a expressão “inversão da questão homossexual” para descrever o momento histórico que se estava vivendo. Ela se refere a este momento no qual, em vez de nos dedicarmos ao estudo do comportamento

homossexual – visto no passado como patológico ou perverso –, nos dedicamos às razões que nos levaram a considerá-lo como tal – ou seja, como patológico ou como perverso<sup>103</sup>. O foco das pesquisas recentes sobre a homossexualidade foi retirado da questão da causa da homossexualidade e se orienta mais facilmente para a causa da homofobia, como indicam, por exemplo, os trabalhos do jurista Daniel Borillo<sup>104</sup>. Como consequência, em nossas sociedades pós-modernas, uma passagem se faz visível de perguntas feitas à homossexualidade para perguntas feitas *pela* (ou *através da*) homossexualidade. Passamos da interrogação da homossexualidade (questões quanto à sua causa e suas consequências) para uma interrogação a partir dela: de que maneiras nossas práticas se transformam quando a ordem social é questionada por novos discursos, ou novos *modos de vida*, para retomar a expressão de Foucault<sup>105</sup>?

Essas perguntas feitas a partir da homossexualidade atravessam a obra do escritor inglês Alan Hollinghurst, e especificamente seu primeiro romance, *The swimming pool library*, publicado em 1988. Trata-se de uma narrativa em dois tempos: uma no presente, que conta a vida do jovem William Beckwith, e de seus dias ocupados apenas por encontros sexuais de importância variada, e uma recuperada do passado, por meio de cartas e diários, que é a do lorde Charles Nantwich.

William se descreve como alguém dividido entre duas versões de si mesmo, uma hedonista e uma outra que chama de “acadêmica”, “vagamente puritana”. Ele tem 25 anos e não precisa trabalhar, já que é o beneficiário da riqueza do avô, um político aposentado. No momento em que se dá a história, está vivendo um verão estranho:

Minha vida estava estranha naquele verão, o último verão daquele tipo que jamais existiria. Eu andava entorpecido pelo sexo e pela minha autoestima – esse era meu tempo, minha *belle époque* – mas o tempo todo sentia o lampejo fraco da calamidade, como chamas em torno de uma fotografia, algo visto com o canto do olho<sup>106</sup>.

Neste verão, William conhece Charles Nantwich, em uma situação incomum: num banheiro público, frequentado por “homens solitários de meia-idade, com seus cabelos cinzas e sem amor”, um senhor de idade avançada tem um ataque cardíaco e é William quem o socorre. Semanas depois, num encontro no clube onde os dois frequentam a piscina (e onde se organizam muitos encontros sexuais), se apresentam formalmente e se tornam amigos.

Lorde Nantwich tem 83 anos e sua história é contada na forma de diários e cartas que ele transmite a William. Há relatos de anos passados na África, quando era oficial militar, entremeados por lembranças de experiências homossexuais de quando era adolescente, no pensionato. A vida da aristocracia gay inglesa a partir dos anos 1920, entre o Reino Unido e a África, é descrita pelos olhos de Nantwich e contraposta constantemente à vida de William nos anos 1980. Há muitos traços comuns entre elas, garantidas talvez pela posição socioeconômica privilegiada que possuem ambos os personagens, e que os protege da vulnerabilidade relatada em romances de outros autores<sup>107</sup>.

Na vida de ambos, o encontro de parceiros sexuais é uma atividade fácil e narcissicamente satisfatória, especialmente no caso de William. Não há relatos de homofobia nos círculos íntimos, nem de nenhum sofrimento associado diretamente à homossexualidade: Charles se ressent do fato de ser visto como um velho, William se preocupa de tempos em tempos sobre o fato de não ter nem um trabalho e se decepciona com alguns relacionamentos. Nada de extraordinário.

No entanto, em um momento determinante da narrativa, William descobre que lorde Nantwich foi preso por “indecência pública” nos anos 1960 e que este momento, evidentemente, marcou sua trajetória. Charles escreve em seu diário:

Eu tinha caído, e apesar de minha queda ter sido causada por uma conspiração, por um espasmo calculado de malevolência,

seu efeito inicial sobre mim foi como o de algum acidente físico terrível, depois do qual nenhuma ação impensada não é, nunca mais, a mesma<sup>108</sup>.

William se choca ao descobrir que Charles havia um dia sido preso. Ao perceber que seu modo de vida um dia foi considerado motivo suficiente para incriminar alguém, William simultaneamente torna pessoal a questão política dos direitos dos homossexuais e visualiza uma dimensão política às maneiras de viver seus encontros sexuais – até então vistos como experiências de ordem privada.

Pode-se dizer que o encarceramento de Charles altera o modo como William compõe, para si e para os outros, a narrativa de sua identidade sexual. A percepção de que vive uma “vida vivível”<sup>109</sup>, ou legítima, permite a William situar suas possibilidades de atividades sexuais num contexto histórico e social que não cessa de se transformar. A confrontação com a realidade do encarceramento de Charles, com o impacto deste evento em sua vida, torna evidente para ele os aspectos privilegiados de sua própria existência enquanto homossexual pertencente à classe social dominante nos anos 1980. Neste momento, a percepção que tem de si e das pessoas que são *como ele* se transforma. A descoberta da prisão do lorde funciona, para William, como elemento desencadeante de um conjunto articulado de sintomas ligados à sua identidade sexual.

A experiência traumática vivida por um outro com quem William se identifica tem sobre ele um efeito devastador: vive um encontro sexual violento com um homem que o despreza, abandona o projeto de escrita do livro sobre a vida de Charles e encerra seu relacionamento ao descobrir uma infidelidade de seu parceiro – o que, em outras circunstâncias, teria sido algo aceitável. Sua homossexualidade – até então descrita como uma informação sobre si que não lhe suscitava nenhum afeto particular – se torna uma questão quando contrastada com a *proibição* de um modo de vida imposta a Charles.

O que nos interessa particularmente na construção do conflito vivido por William é a maneira como a homossexualidade se torna um *evento* – no sentido de um acontecimento que permite compreender o que acontece depois e o que é assumido pelo sujeito, conforme descreve Lacan. O que quer dizer que o impacto da realidade da condenação da homossexualidade funciona para (e em) William como “qualquer coisa de flexível e decisiva que fez uma impressão no sujeito e que é necessária para explicar seu comportamento subsequente”. Essa é a ideia de evento, que Lacan associa à concepção do que seria a *história* de um sujeito<sup>110</sup>. No caso de William, o que se caracteriza como evento não é o fato de se relacionar sexualmente com homens. Também não é nenhum acontecimento específico da infância, passível de ser acolhido em alguma fala elaborada ao longo do livro. O evento é a confrontação com a desqualificação de seu modo de vida<sup>111</sup>. É o pensar-se como sujeito ilegítimo, desalojado de si<sup>112</sup>, vulnerabilizado pelo movimento de orientação de seus prazeres, que se caracteriza como acontecimento desencadeante de um agrupamento de sintomas.

Em *The swimming pool library*, os personagens claramente padecem mais das imposições da norma do que de suas homossexualidades. É a partir do regime social constritivo (e eventualmente punitivo) que se cria algo da ordem do *desencadeamento da neurose* – ou seja, da ordem de uma modificação de condições suficiente para que a afecção neurótica irrompa, conforme descreve Freud em “Tipos de desencadeamento da neurose”<sup>113</sup>. De fato, se pensamos a neurose não apenas como estrutura – ou campo de instalação do sujeito –, mas também como um agrupamento acumulado de sintomas, como o faz Christian Dunker em *O cálculo neurótico do gozo*, podemos pensar a história de William após o evento traumático como pertencendo ao que Dunker chama de um “nível clínico intermediário onde grupos de sintomas, com apresentação regular e traços relativamente estáveis, possam ser pensados à luz do cálculo

do gozo”<sup>114</sup>.

Isso quer dizer que poderíamos ver no sofrimento psíquico de William um conjunto de sintomas *desencadeado* pela descoberta do encarceramento de Charles e que figuram como sintomas neuróticos a serem escutados *em conjunto com* o que faz estrutura. A relação entre a tendência libidinal homossexual e o sentimento de ser um sujeito desalojado de si constitui uma articulação sintomática que não pertenceria nem ao grupo de neuroses clássicas, nem ao grupo de sintomas individuais (próximos do conceito lacaniano de *sinthome*), mas sim a um grupo intermediário. E é essa relação que entendo como a homossexualidade como questão: um mal-estar que, caso possa ser elaborado, servirá a alimentar uma experiência de questionamento da tirania das normas. E, caso não possa, ocupará uma posição central no adoecer do sujeito.

Cabe aqui lembrar que podemos pensar que a conduta homossexual, nisso que revela de uma inversão no objeto e no objetivo sexual, pode até ser descrita, *stricto sensu*, como perversa. Mas não podemos confundir a *prática perversa* com a *constituição de uma subjetividade perversa* – caracterizada por um gozo que não suportaria jamais uma mudança do sistema de normas (e que tornaria o ato mesmo de transgressão obsoleto, ou impossível). A homossexualidade como “o lugar de relações intensas que não se parecem com nenhuma das que são institucionalizadas”, descrito por Foucault, pressupõe uma relação com as leis que, muitas vezes, reivindica delas que sejam reformuladas e assim melhor acomodem projetos de vida de sujeitos homossexuais. O que é diferente da infração, que necessita que as leis se mantenham exatamente como estão – já que é isso o que garante a satisfação repetida no ato de violá-la.

## Conclusão

Um mês após a divulgação da campanha em Londres do grupo *Core Issues*, em maio de 2012, o célebre psiquiatra Robert L. Spitzer redigiu uma carta ao editor do periódico *Archives of Sexual Behavior*, Ken Zucker, que concluía com a frase: “Acredito que devo desculpas à comunidade gay”<sup>115</sup>. Spitzer se referia a um trabalho publicado na mesma revista em 2003, intitulado “*Can some gay men and lesbians change their sexual orientation? 200 participants reporting a change from homosexual to heterosexual orientation*”<sup>116</sup>. Neste trabalho, baseado em entrevistas estruturadas feitas por telefone, Spitzer sustentava a hipótese de que uma “terapia reparativa” seria capaz de permitir uma mudança de orientação sexual.

Spitzer foi criticado imediatamente. No momento da publicação, 15 pesquisadores do Instituto Psiquiátrico de Nova York (NYSPI) redigiram uma série de críticas ao trabalho, não apenas de um ponto de vista moral – “Tememos as repercussões deste estudo, incluindo um aumento no sofrimento, no preconceito e na discriminação”, mas também científico, já que a evidência apresentada no estudo se apoiava exclusivamente no relato feito pelos sujeitos entrevistados (ou seja, em suas respostas a questões tais que “No ano antes de começar a terapia, quanto você foi incomodado por sentimentos homossexuais indesejados? E hoje em dia?”<sup>117</sup>).

Em sua carta, Spitzer reconhece não ter considerado em seu trabalho a dificuldade central com a qual se confrontava, a saber: “como medir a mudança”? E afirmou que este estudo era seu único arrependimento profissional.

*Como medir a mudança?* Esta questão se mantém intacta nos debates sobre a problemática homossexual. De que mudanças se tratam quando é sugerido que alguém *virou* gay? E que transformações compõem a narrativa de si mesmo que fazem os ex-gays submetidos a tratamento? Como dolorosamente constatou Spitzer, a autoattribution de uma (nova) identidade sexual, baseada numa alteração voluntária de objetos de amor, diz muito pouco da *história* sexual de um sujeito. O sentimento de identidade, que Freud equipara ao sentimento de si<sup>118</sup>, no que comporta de relações com o infantil sempre presente da sexualidade,

não é contido na afirmação de um nome ou de um substantivo.

Tal é o espaço inaugurado para além de um acordo entre antropólogos, psicanalistas e certos teóricos do *gender* que havíamos citado: espaço de articulação do sentimento de identidade com a “fonte que jamais seca”<sup>119</sup> da sexualidade infantil. É nesse sentido que podemos pensar a identidade sexual (seja ela homossexual, heterossexual ou outra) como uma construção entre o rigor e o imprevisível<sup>120</sup>, entre uma certa estabilidade de traços que permite a cada um se reconhecer e ser reconhecido, e os movimentos imprevistos criados pelas transformações subjetivas que são o próprio da vida de cada sujeito. É também nesse sentido que reiteramos a impossibilidade da “cura” de qualquer sexualidade: se entre o sentimento de si e o sexual infantil não há distinção possível, e se concebemos que a identidade não se reduz a um substantivo rígido (mas sim a um movimento constante entre estabilidade e imprevisível), que “aspecto” da vida subjetiva estaria sendo submetida a uma “reparação” no caso das terapias de conversão? E, se a dita identidade sexual dos adultos é pensada sempre em relação à onipresença das vivências sexuais infantis, se concebemos que o sujeito é sexuado porque ninguém se desfaz ou se separa de sua vida pulsional, propor curar alguém de sua sexualidade equivale a propôr uma cura de si mesmo.

Iniciei este artigo com a imagem de mensagens antigay sendo circuladas em ônibus pelas ruas de Londres e o concluí com o pedido de desculpas do psiquiatra defensor da terapia reparativa. Entre esses dois momentos da História atual, a *história* de William suscita a questão do sofrimento advindo do peso das imposições normativas contra as quais se posicionam os estudiosos do gênero. Da questão homossexual à homossexualidade como questão, percorri o problema das vidas vivíveis – ou seja, das vidas contempladas pela validação que permite a um sujeito se saber legítimo, não desalojado de si – num movimento duplo, entre a questão clínica do desencadeamento de sintomas e o tema político da proibição de modos de vida. Da penumbra do consultório até a luminosidade do debate público, e depois de volta à uma clínica reticente que admite que não deve se propor a curá-la, a homossexualidade se faz questão e motiva expansões no campo dos estudos sobre a sexualidade – sejam eles psicanalíticos ou não.

#### Referências bibliográficas

- Aran M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, vol 17, n. 3, Florianópolis.
- Borillo D. (2000). *L'homophobie*. Paris: PUF.
- Butler J. (2006). Hors de soi: les limites de l'autonomie sexuelle. In *Défaire le genre*. Paris: Amsterdam.
- David-Ménard M. (2004). Genre. In B. Cassin (dir.), *Vocabulaire européen des philosophies*. Paris: Le Seuil.
- Dunker C.I.L. (2002). *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Escuta, p. 108.
- \_\_\_\_\_. e F. Kyrillos Neto (2010). Curar a homossexualidade?: a psicopatologia prática do DSM no Brasil. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 10, n. 2, jun.
- Foucault M. (1994). De l'amitié comme mode de vie, *Dits et Ecrits*, t.III, Gallimard.
- Freud S. (1966). *Correspondence 1873-1939* (Lettre du 9 avril 1935, à Mrs. N.N...). Paris: Gallimard, p. 461-462.
- \_\_\_\_\_. (2004). Trois essais sur la théorie sexuelle. In *Œuvres Complètes* t. IV. Paris: PUF, p.20 (nota de 1915).
- \_\_\_\_\_. (2004). Des types d'entrée dans la maladie névrotique ”. In *Œuvres Complètes* t. XI. Paris: PUF, p. 119.
- \_\_\_\_\_. (1990). *L'homme aux loups. A partir d'une névrose infantile*. Paris: PUF, p. 45.
- \_\_\_\_\_. (1994). Le malaise dans la culture. In *Œuvres Complètes*, t. XVIII, Paris: PUF.
- Hollinghurst A. (1988). *The swimming pool library*. Reino Unido: Chatto&Windus.
- Lacan J. *Séminaire sur l'homme aux loups* (1952-1953). Inédito.
- Laufer L. E Linhares A. (org.) (2010). Ce que le genre fait à la psychanalyse, *Champ Psy*, n. 58, Paris.
- Linhares A. (2010). Le genre: de la politique à la clinique, *Champ Psy*, n. 58, Paris.
- Pontalis J-B. (1997). *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard.
- Santos B. C. Errance du Moi, *Libres Cahiers pour la psychanalyse*, vol. XXIV, n. 24, Paris: In Press.
- Spitzer R. L. (2003). *Archives of Sexual Behavior*, vol. 32, n. 5, out., p. 403-417.
- Tort M. (2000). Quelques conséquences de la différence “psychanalytique” des sexes, *Les Temps Modernes*, n. 609, ano 55, Paris.
- Tort M. (2005). *Fin du dogme paternel*. Paris: Aubier.
- Entrevista publicada no jornal *The Guardian*, edição de 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2012/apr/12/christian-anti-gay-ads>>

buses>.

Projeto de decreto legislativo n. 234, de 2011, disponível no *site* da Câmara dos Deputados, <[www.camara.gov.br/sileg/integras/887984.doc](http://www.camara.gov.br/sileg/integras/887984.doc)>.

Artigo New York Times, disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/05/19/health/dr-robert-l-spitzer-noted-psychiatrist-apologizes-for-study-on-gay-cure.html?\\_r=1&pagewanted=all](http://www.nytimes.com/2012/05/19/health/dr-robert-l-spitzer-noted-psychiatrist-apologizes-for-study-on-gay-cure.html?_r=1&pagewanted=all)>.

**Between the soft light of the consulting room and social norms: remarks on the question of homosexuality**

Abstract Neurotic symptoms can appear at the point where political discourse of homosexuality crosses the subjective transformation due to an insight about oneself. The transition from “the question of homosexuality” to “homosexuality as a question” is employed to reflect upon the transition of discourses between social theories and clinical practice.

Keywords homosexuality; cure; gender; sexuality; norms; neurosis.

Recebido em: maio de 2012

Aprovado em: maio de 2013